



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS

REJANE PENNA RODRIGUES

(depoimento)

2010

CEME-ESEF-UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpando Memórias

Número da entrevista: E-234

Entrevistada: Rejane Penna Rodrigues

Entrevistador: Rodrigo Ferrari e Giovani Pires

Local da entrevista: Atibaia, São Paulo - ENAREL

Data da entrevista: 08/11/2010

Processamento da Entrevista: Rodrigo Ferrari

Páginas Digitadas : 9

Data da autorização para publicação no Repositório: 05/06/2013

Observações:

Entrevista realizada para a produção da Dissertação de Mestrado de Rodrigo Ferrari intitulada *Gestão da informação e conhecimento em esporte e lazer – o caso do Repositório Institucional da Rede CEDES (RIRC)*, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina em fevereiro de 2012.

| |
|---|
| <p>O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.</p> |
|---|

Sumário

Repositório Institucional da Rede CEDES; Congresso Brasileiro de Informação e Documentação Esportiva; Importância da ferramenta DSpace; Movimento de acesso livre à informação; Novas tecnologias de informação; Centro de Documentação e Informação do Ministério do esporte; Financiamento; Gestão da informação.

Rodrigo Ferrari – Como e porque surgiu a ideia de criar o Repositório Institucional da Rede CEDES?

Rejane Penna Rodrigues – Nós sempre valorizamos muito a questão da documentação e informação. Quando cheguei no ME em 2006, na mesma semana estava acontecendo o evento da IASI, um encontro mundial de informação e documentação esportiva. Para mim, isso foi um grande momento, pois tivemos contato com os melhores da área, voltados para o campo do esporte. Há uma valorização de nossa parte, sem um conhecimento específico, uma simpatia. Mas após acompanhar as discussões, a minha simpatia se consolidou com uma necessidade política para essa área.

Dentro de nossa área, Esporte e Lazer, os sistemas de documentação são poucos valorizados. A mídia divulga e dá visibilidade para os eventos, ações e para o senso comum. A questão da história, construção teórica, fica um esforço relegado. Então, tivemos cuidado, mesmo não sendo *expert* no assunto, tentar interfaces com essas pessoas. A primeira pessoa que nos relacionamos foi o professor Laércio, dos organizadores do evento da IASI e que tinha uma consultoria no ME.

Ai passamos a conhecer quais eram as universidades que trabalhavam com isso, onde as pesquisas estavam e também as dificuldades que tinham para operar o cotidiano. Se normalmente a EF, dentro de uma universidade, já não tinha patamares mais elevados em termos de reconhecimento, a questão da documentação e informação esportiva era menor ainda. Então, nos últimos quatro anos, fomos conversando, se apropriando e na Rede CEDES isso teve um destaque, reconhecido pelo ME, em função dos atores que já estavam envolvidos, professores, pesquisadores e seus trabalhos importantes e consolidados, mas que não tinham vindo a tona ainda.

Dentro de algumas reuniões que fizemos da rede, e depois uma específica que foi o 2º encontro da Informação e Documentação Esportiva Brasileira, fomos entendendo como era o procedimento, como ele acontecia, quem eram as pessoas da universidade envolvidas. Foi ai que nos aproximamos do Professor Giovani e da UFSC, que em nossa relação com a Rede CEDES tem um protagonismo. Acompanhando esse movimento, o ME estava com uma carência muito grande nessa área e um investimento muito pequeno. Se não fosse por intermédio das pesquisas, nada existia, nem para fora, nem mesmo em relação a organização interna. Tem uma lacuna no ME em relação a informação e documentação.

Ocorre que, em quatro anos a Rede CEDES cresceu bastante, passou de 12 para 50 centros com pesquisas temáticas, inclusive a documentação e informação passaram a ser uma delas. Porém, temos uma boa produção e uma pequena circularidade e não conseguimos dar conta dessa demanda dentro ME. Foi num desses encontros, reuniões, que surgiu a oportunidade concreta da UFSC, através de seus projetos da Rede CEDES, desenvolver o repositório. Um sistema para depositar, no sentido de guardar e ter o material disponível, mais do que guardar, disponibilizar e divulgar esse material. Houve essa possibilidade de disponibilizar a produção da rede e, a partir do repositório, gerar essa circularidade do conhecimento, enfim, ele ser tratado da maneira que achamos que deve ser tratado. Não falta um entendimento da política pública, na nossa gestão, faltavam elementos concretos de operacionalização, que o repositório e a UFSC acolheram.

R.F. – Você acha que o CONBIDE pode ser tratado com um evento que possibilitou a responsabilidade coletiva de criação do repositório?

R.R. – Acho que o 2º CONBIDE, em MG, foi decisivo não só em relação ao repositório, mas de conscientizar os pesquisadores da área sobre a importância da informação e documentação. Até então, talvez por falta de espaço de discussão, parecia que essa preocupação só tivesse que ser dos pesquisadores da área (TI), ou que algum gestor alavancasse isso. Não se via a importância de forma coletiva que beneficiaria a todos. Para mim, o evento que foi realmente importante enquanto consolidação de um acordo coletivo da Rede CEDES foi o 2º CONBIDE, inclusive esse tema é tão restrito e acabou que a participação do CONBIDE foi dos pesquisadores da Rede CEDES. O público externo ainda não está identificado com o tema, é preciso se apropriar mais da importância desse tema. Talvez em outras áreas isso já é mais conhecido, mas na nossa área, do esporte principalmente, é muito pouco valorizado.

Um próximo passo em relação ao repositório, quem sabe num futuro, é trabalhar propostas de difusão do próprio sistema: a ideia, o conceito de repositório e sua importância. Isso para não restringir apenas para os que fatos querem documentar, ou socializar mais entre os *experts* no assunto, mas seja algo de domínio mais coletivo. A tecnologia está presente em tudo, isso trás um desafio cada vez maior por causa dos

Megaeventos. Essa área não pode continuar secundarizada dentro da política pública do esporte.

R.F. – Relativo a isso nos observamos duas dimensões – a questão legal que garanta por meio de normas a submissão do material no sistema; e formação dos coordenadores da rede para entender os significados dessa ação, além dos outros interessados, como os formadores e gestores do PELC.

R.R. – Para mim, é necessário fazer o marketing do repositório. Conhecer melhor o que é. Por exemplo, surge um esporte novo. O que é esse esporte, quem ensina, onde é praticado, e aí ele pode ampliar sua abrangência, ou não se coloca. Outro exemplo, agora estão propondo que Capoeira seja um esporte Olímpico, primeiro precisa saber qual Capoeira, o que é isso, depois os técnicos da modalidade. Nesse sentido, acho que o repositório vai ter que se vender com uma estratégia que divulgue o que ele é, que existe, porque fora a Rede CEDES, também temos um limite operacional. Por enquanto, isso teria que ser feito com maior abrangência e amplitude. Isso, de forma proporcional com divulgação de seus conceitos, acho que esse é um desafio para “ontem”.

Só que as coisas acontecem no tempo certo. Até tempos atrás, não se dava importância para a política pública em esporte, muito pouco existia no âmbito do Esporte e Lazer. Depois, não se dava importância para o conhecimento teórico da área, ou seja, a prática pela prática. Hoje estamos num outro momento, então é natural que nesse momento ocorra o crescimento de iniciativas como a do repositório.

R.F. – É mais ou menos nesse sentido que você avalia a ferramenta. Você poderá falar mais sobre como você o presente e o futuro da ferramenta?

R.R. – Primeiro eu tenho um sonho egocêntrico de consumo, que o repositório deveria estar dentro do ME. O ministério deveria ter um repositório que dessa conta de toda informação em nível nacional, que fosse democrático, disponibilizasse esse material do ME para o país. Esse sistema, eu não entendo tecnicamente, mas ele teria uma co-gestão compartilhada com todas as unidades que trabalhassem com a ferramenta. Isso seria uma política nacional. Hoje, entendemos o repositório da Rede CEDES como um projeto piloto e como uma solução paliativa. Ainda não é uma política nacional para nossa área.

Qualquer proposta tem que ter financiamento, não adianta só ter boa vontade, o próprio repositório para estender seu trabalho e atender a Rede CEDES, necessitou de recursos humanos qualificados, espaço, equipamento. Tem que ter como operacionalizar e o investimento deve ser proporcional.

Também acho que é mais fácil quando há um entendimento político, quando há algo concreto, como o repositório da Rede CEDES. O desafio é passar isso para a nova gestão. Outra avaliação que faço, é que o repositório é extremamente democrático e ele não é comercial, então foge um pouco do mundo capitalista que vivemos, e acaba fazendo uma disputa com a do Software Livre e a Microsoft. Quando eu vou em evento, sempre me perguntam onde estão os resultados do Pan-Americano, que eu não tenho acesso na minha secretaria, não sei quem tem acesso ao processo de construção do Pan. Tem muita informação, conteúdo, mas talvez pelo ME ter contratado um empresas por licitações, esse conteúdo tenha ficado de domínio privado, e não público. Isso é uma coisa que tem que inverter e aparecer em algum lugar. Isso tem que amadurecer no entendimento dos políticos com cargos maiores e no tensionamento provocado pelos atores envolvidos.

Você está dentro de uma estrutura disputando espaços com outros, então se fala que existe pouca verba e prioridades. Isso acaba que você se vê quase que legislando em causa própria, buscando recursos para tua secretaria. Agora, se a sociedade coloca isso, passa a ser uma demanda para o conjunto do ministério, aí reforça aquilo que apontamos como necessidade política. Hoje estamos precisando unir esforços de conscientização da sociedade para que ela também abra diálogo com o conjunto da gestão.

Giovani Pires – Tu vê alguma relação entre repositório e CEDIME?

R.R. – Estou a 4,5 anos tentando entender o CEDIME. Para mim uma das partes do CEDIME, seria ter um repositório. Porém vejo o CEDIME como uma sigla que não diz nada para dentro ou fora do ME, a não ser para os especialistas. Por exemplo, falando em siglas. O PELC levou 3 anos de nossa gestão, para hoje se você falar em PELC todo mundo saber o que é. CEDIME em 8 anos dessa gestão, desde a INESP já existia o CEDIME. Não sei, preciso pesquisar melhor isso. Mas de qualquer forma, é quase uma década, ou mais, que o CEDIME não deixa de ser uma sigla com um valor orçamentário mínimo colocado e que se presta, as vezes, para apoio a algum evento ou para pesquisa. Para mim um Centro de Documentação e Informação é um centro, que dialoga com as

partes, mas ali está a centralidade do processo. Para mim, o repositório estaria dentro do CEDIME, uma biblioteca virtual, uma série de outras coisa da documentação e informação que não existem. Nesse sentido, a ajuda da UFSC, do professor Giovani é uma grande conquista que tivemos, mas na boa vontade e dialogo entre pessoas, não de forma institucional.

Se daqui um pouco não houver mais repasse, ou não for indicado para a Rede CEDES passar para o sistema a informação, ou divulgado que lá estão as informações, ou a viabilização da contratação de alguém para operar o sistema, o repositório acaba. Isso é um receio que tenho.

R.F. – Como você a continuidade do repositório nessa transição de governo?

R.R. – Estamos trabalhando em bloco, tentando divulgar ao máximo junto ao próprio ministro e outros parlamentares o trabalho que a secretaria fez durante esses anos. Para que haja uma valorização. Porque, num primeiro momento, em âmbito nacional a coisa é avaliada pelo gasto de dinheiro. Uma política que tem 200 milhões tem um peso, a que tem 1 milhão outro, mesmo tendo um valor real. Essas, quando avaliadas por técnicos de planejamento e economia são descartadas. Por exemplo, se você gasta 200 milhões num programa comunitário e se você gasta 1 milhão em pesquisa, isso as vezes é tirada até dos relatórios. Porém, para pesquisa, esse 1 milhão é muito e os 200 milhões para um programa comunitário do tamanho do Brasil talvez não tenha o mesmo impacto que o milhão da pesquisa. O dialogo ainda não está afinado entre o planejamento financeiro e orçamentário e o conteúdo das políticas públicas. Isso é uma coisa que ainda deve ser desenvolvida.

Da nossa parte, com a ajuda da Rede CEDES, dos gestores e do esforço de Ciência e Tecnologia da secretaria, tivemos a oportunidade de deixar muita coisa registrada em livros, ou mesmo no repositório. Isso vira dados estatísticos que serão entregues ao governo de transição, ficar à disposição de quem vai dar continuidade. Mas qual será a leitura que essas pessoas vão fazer? É ai que vem a ajuda da comunidade científica, ou da população em geral. Olha só, temos o conhecimento desses dados, isso aqui vai continuar ou não? Gostaríamos que continuasse, ou não? Isso é importante para não ficar refém de pessoas que entram e saem. Vamos cumprir nossa responsabilidade de gestor, deixar bem consolidado, estruturado e registrado. Porém, se a comunidade não cobrar, é porque não

era importante para ela. Eu não sei se a cobrança deve ser feita antes da mudança ou, quando ela não acontecer, reivindicar que ela aconteça.

Às vezes nos precipitamos. Quem assume iria continuar e tu já briga, reivindica, e a pessoa responde – “nunca disse que não ia fazer.” Eu vivi isso na transição anterior. Ninguém sabia nossa proposta, intenção, bagagem. Isso caba trazendo um desconforto desnecessário, por outro lado, podemos perder o time porque se tudo for desestruturado, aí tu vai pedir para estruturar e já não há mais tempo, o planejamento já foi definido.

R.F. – Como o repositório pode servir de modelo para secretarias estaduais e municipais?

R.P. – Acho fantástico, porém com pouca gente operando, não conseguimos articular melhor o repositório com os núcleos PELC. Porque isso seria a bandeira, pois ficaria muito mais fácil para os técnicos de prefeitura e gestores se fundamentarem nesse exemplo concreto. O pessoal que não é da área tem muita dificuldade de entender. Eu própria tenho limites para levar adiante essa conversa com mais qualidade, mais conhecimento técnico. Para técnicos de prefeituras menores, quando a pessoa vê um exemplo concreto ela entende, vai buscar em seus pares como irá viabilizar. Não temos hoje esse exemplo para difundir. Acho que isso é uma coisa que devemos buscar logo. Nossa intenção era essa, mas ainda não viabilizamos.

Digamos que nós tivéssemos na secretaria o “luxo” de ter uma pessoa só para fazer essa relação, estar em contato com o repositório, com os gestores, pensar numa política para isso, aí o processo cresceria. É como na educação: a base comum e a diversificada. No início de um gestão tentamos fazer a base comum, para que cada um não saia fazendo o que bem entende, depois vai diversificando e qualificando. Na gestão em Porto Alegre, fizemos a base comum na educação comunitária, participação popular, dos professores não darem apenas aulas no ensino e pronto. Depois criamos responsabilidades específicas, para o desenvolvimento do Voleibol, Basquete. Para que? Eles já tinham entendido o conjunto e agora poderiam pensar em uma área específica. Na gestão do ME faltou recurso humano para dialogar com vocês, para serem acionados e acionar. Mas não foi prioridade, não é a política sistematizada, é o eventual.

R.F. – Isso que você falou me fez refletir sobre a necessidade de ações colaborativas. Enquanto ferramenta ele está disponível, mas ele depende uma responsabilidade coletiva para que ele se efetive. Por exemplo, o processo de cadastramento, submissão.

R.R. – Quando falo da base comum, me refiro a mais ou menos isso que você está dizendo. O entendimento de que não sou eu (indivíduo) que quero guardar e divulgar uma coisa em algum lugar, isso seria uma ferramenta a favor de interesses individuais. O problema que tem muito parceiro que está vendo o repositório dessa maneira, inclusive deseja utilizar o sistema como ele bem quiser. Essa construção da identidade do repositório como bem coletivo, mas que necessita da responsabilidade de cada indivíduo, também não está dada. As pessoas produzem, nós não classificamos a produção. Quem produz acha que tudo que fez é maravilhoso e ele não se compara a ninguém. As vezes, num futuro crescimento do repositório, o sistema deverá ter dois níveis: um primeiro que abarca tudo e divulga e o outro que a política coletiva entende como importante. Porque senão vira uma coisa sem critério e valor.

Aprendi muito quando estudamos museu e memória. Pessoal tinha uma vaga ideia de que museu, memória eram todas as coisas antigas, mas não, apenas as coisas antigas catalogadas e importantes vão para o museu. Na pesquisa também deve ser assim. Então, no início podemos trabalhar sem avaliar resultado, mas se cresce ao ponto do CEDIME temos que estipular critérios. Isso complica, pois ninguém acha que sua produção não tem nível. Vemos isso nos editais. Quem é contemplado fica feliz e satisfeito, quem não é contemplado começa a questionar tudo. Isso demonstra que as pessoas só concorrem para ganhar, e não pensam em melhorar seu nível para participar.

Nesse sentido, o repositório como uma política nacional de qualidade, tem que ter critérios que sejam construídos pelos próprios atores. O ME é apenas um dos atores dessa relação. A intenção não é decidir o que vai ou não, mas se for crescer em proporcionalidade, não vai caber tudo.

R.F. – O sistema é robusto e capaz de gerenciar uma grande quantidade de dados com confiabilidade. Já na questão da avaliação, quem vai determinar a relevância da produção é o acesso, quanto mais acessado melhor é o posicionamento de determinada produção.

G.P. – Eu queria te fazer uma pergunta sobre os destinatários do repositório. O sistema, reúne, preserva, disponibiliza, mas ele tem que ter consumidores. Na concepção do sistema enxergamos dois destinatários em especial, os próprios elaboradores de políticas em Esporte e Lazer, seja no governo federal, estadual, municipal, e a formação acadêmica. Particularmente eu tenho me comprometido em divulgar na EF, mas como essa política pode ser potencializada?

R.R. – O problema inicial é a comunicação com o conjunto de usuários. Isso tem dois olhares. O primeiro é nossa dificuldade de operação, que faz essa comunicação e os meios de alcance que temos no ME. A segunda é a comunidade, quando é científica ela tem uma estabilidade maior, o Giovani, nós sabemos, que está na UFSC, tem email, telefone. No PELC isso não ocorre. Isso significa o que? Que enfrentamos um problema primário que é o contato com atores da ponta dos projetos. A política e a liderança comunitária não é a mesma estabilidade da universidade. É por isso que nesses 4 anos de implantação dos núcleos do PELC, gosto de trabalhar com a universidade: pela garantia de que as pessoas não vão sair e deixar a comunidade na mão. A universidade além de qualificar pela relação pedagógica e do conhecimento, lembrando que o processo é dialógico, pois os pesquisadores também aprendem com a prática, ela mantém um vínculo mais sólido. Enfim, ainda não sabemos qual é a melhor forma de comunicar-se com o usuário. Na Rede CEDES é mais fácil.

Como estamos pensando em Brasil, temos que pensar no conjunto. Desde as associações comunitárias até os sistemas suplementares. Quando falo em Brasil é sem preconceito partidário e ideológico. Num primeiro momento temos que ver a qualidade do conhecimento, e aí o que vai dar credibilidade e status e procura, ou seja, a valorização da comunidade de usuários. Embora eu venha de um partido que tem uma ideologia mais pontual, durante nossa gestão demonstramos que tem edital, critério, uma comunidade isenta e conhecedora, pois não adianta atribuir funções a quem não está vinculado a nada e não tem conhecimento. Tanto nos editais como no Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social há uma isenção partidária. Isso vai dar resultado nas políticas que estão crescendo.

Mas eu tenho que registrar, um braço muito forte do Departamento de Ciência e Tecnologia do ME de nossa secretaria é a UFSC e o repositório. Isso não pode terminar. A

não ser que isso se configure num projeto maior de um CEDIME verdadeiro. Isso seria o ideal.

R.F. – Quais seriam os caminhos para apresentar uma proposta de CEDIME para o ME?

R.R. – Assim que for definido as novas secretarias, identificar os melhores interlocutores, nem sempre é o de maior nível hierárquico. É a pessoa que flui. Então procurar essa pessoa e apresentar a proposta. Essa, pode ser bem entendida em início de gestão e avançar, ou pode ser descartada. Em 2006 apresentei uma proposta de informatização do ME com a FGV e outras duas universidades, mas não foi priorizada. Mas novos gestores, vida nova. Lidar com pessoas que estão interessadas e tem nível é muito simples. A Rede CEDES é uma construção natural da área do conhecimento, é contemporânea à noção de rede como “nós”, que se ligam e diversificam. Essa rede não é totalmente autônoma porque tem um vínculo com o ME que tem um rumo, um sentido, é esse entendimento que deve ser passado para os membros da rede. Não pode haver imposição de vontade, nem dos pesquisadores, nem do ME. Mas como quem financia é o ME, ele deve ser mais propositivo. Dificilmente um membro da rede vai chamar uma reunião, isso é um compromisso do ME, porque tem mais possibilidades, não porque é o dono. E por outro lado, o ME não é refém da rede. Essa vivência democrática é difícil de ser aceita porque, dependendo do histórico de algumas instituições ou pessoas, é melhor ter alguém para obedecer ou repudiar. Portanto, na forma como a rede é estruturada, cada um deve assumir sua parte de responsabilidade. Para finalizar, o repositório deve ser o coração do CEDIME, só que de uma maneira ampliada. Que essa parceria continue.

[FINAL DO DEPOIMENTO]